



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 153/XIII/ 4.ª SL

Aos 13 dias do mês de fevereiro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação da ata n.º 151, relativa ao dia 30 de janeiro;*
 3. *Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar audição do Conselho de Administração do INFARMED, sobre as falhas de medicamentos nas farmácias registadas em 2018;*
 4. *Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ramos, e da Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Ana Rita Cavaco;*
 5. *Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar audição do Conselho Diretivo da ADSE, do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE e da Ministra da Saúde, sobre a chantagem dos hospitais privados e ameaça de interrupção da prestação de cuidados de saúde a beneficiários do subsistema;*
 6. *Discussão e votação da Petição n.º 503/XIII/3.ª, em que «Solicitam a adoção de medidas que permitam melhorar as condições para portadores de Doenças Inflamatórias do Intestino (Crohn e Colite Ulcerosa)» - Relatora: Deputada Ana Oliveira;*
 7. *Outros assuntos.*
- 10:30 Audição do Prof. Manuel Lopes, ex-Coordenador da Reforma do SNS para os Cuidados Continuados Integrados e do Projeto SNS+Proximidade, a requerimento do PSD.*

1. Informações

O Presidente colocou à consideração da Comissão as redações finais relativas aos PJR n.ºs 1607/XIII/4.ª PSD, 1802/XIII/4.ª CDS-PP e 1942/XIII/4.ª PAN, já distribuídas, com as sugestões da DAPLEN, que foram aceites por todos. O PAN deu previamente a sua concordância, no que se refere ao PJR n.º 1942. O Presidente informou ainda que, no dia 20 de fevereiro, se realizará a audição do Grupo de Trabalho responsável pela preparação do lançamento do novo Hospital Central do Alentejo, requerida pelo



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 153/XIII/ 4.ª SL

PCP e aprovada na Comissão, bem como a audição da comissão representativa da iniciativa de cidadãos P.J.L. n.º 995/XIII/4.ª, nos termos legais. No dia 27 serão realizadas audições sobre a ADSE, do Conselho Diretivo e do Conselho de Supervisão da ADSE.

2. Apreciação e votação da ata n.º 151, relativa ao dia 30 de janeiro

A ata n.º 151, relativa ao dia 30 de janeiro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar audição do Conselho de Administração do INFARMED, sobre as falhas de medicamentos nas farmácias registadas em 2018

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento que solicita a audição do Conselho de Administração do INFARMED, a propósito das falhas graves de medicamentos que ocorreram nas farmácias em 2018.

O Deputado José António Silva manifestou a sua preocupação com este assunto, frisando que faltam medicamentos essenciais para o bem-estar e vida dos portugueses e que, às razões invocadas pelo BE, acresce o facto de o Estado ser mau pagador, sendo que muitas farmácias já não têm crédito junto dos armazenistas.

O Deputado João Gouveia falou das notícias preocupantes que têm vindo a público sobre o volume e o número de medicamentos em falta nas farmácias, pelo que se torna necessário averiguar quais as causas, para que se possa atuar de forma responsável.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse acompanhar o requerimento, havendo que apurar todos os factos que estão a condicionar a existência de medicamentos nas farmácias.

A Deputada Carla Cruz considera que este é um problema recorrente desde 2014, que se tem tornado mais persistente, havendo que compreender as razões, bem como saber que medidas estão a ser tomadas para resolver esta questão.

O Presidente colocou o requerimento à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 153/XIII/ 4.ª SL

4. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ramos, e da Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Ana Rita Cavaco

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o requerimento que solicita a audição do SEAS e da Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, sobre a suspensão das relações institucionais com a Ordem dos Enfermeiros, dizendo que o requerimento é detalhado e autoexplicativo, sendo obrigação de quem governa estar para além dos estados de alma.

A Deputada Ângela Guerra disse que o se está a passar não parece ir no sentido de uma possibilidade de acordo, sendo que os anúncios de intenção de requerer determinados institutos jurídicos, que só em situações limite são aplicados, não se compagina com a obrigação do Governo de manter a calma e serenidade no setor. Acompanha o requerimento, pois é necessário compreender o que se passa, e os utentes estão de facto a ser afetados.

O Deputado António Sales frisou que as relações laborais e as greves não são da competência das ordens profissionais, mas sim dos sindicatos. A primeira obrigação das ordens é defender os utentes e a Bastonária está a substituir-se aos sindicatos, o que é uma atitude ilícita. Estamos no meio de um processo negocial, e não cabe à AR interferir, parecendo-lhe legítimo que o Governo suspenda as relações institucionais enquanto a Ordem se não reconduzir ao que é o seu papel.

O Deputado Moisés Ferreira anunciou que não se oporá, mas também não viabilizará o requerimento. Considera que a atual clima da greve cirúrgica não ajuda, no que se refere às reivindicações dos enfermeiros, deixando estas de estar em foco, e também não ajuda nem os utentes nem o SNS. O requerimento é mais uma acha para a fogueira, quando o que devia estar em foco é o caderno reivindicativo dos enfermeiros. A Deputada Carla Cruz lembrou que as relações entre o Governo e a Ordem estão reguladas e esta tem competências delegadas pelo Governo, bem delimitadas. A AR não deve interferir nestas relações, não se deve imiscuir. O PCP abster-se-á.

O Presidente colocou o requerimento à votação, o qual foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, a abstenção do PS, BE e PCP e registando-se a ausência do PEV.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 153/XIII/ 4.ª SL

5. Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar audição do Conselho Diretivo da ADSE, do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE e da Ministra da Saúde, sobre a «chantagem dos hospitais privados e ameaça de interrupção da prestação de cuidados de saúde a beneficiários do subsistema»

O Presidente informou ter dado entrada ontem um requerimento do PSD para ouvir também estas entidades, sobre a questão da ADSE.

O Deputado Adão e Silva perguntou se o BE aceitaria discuti-lo hoje, embora não tenha dado entrada com a antecedência regulamentar, por razões de operacionalidade. O Deputado Moisés Ferreira não deu a sua concordância, pelo que será discutido na próxima reunião.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento que solicita a audição do Conselho Diretivo da ADSE, do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE e da Ministra da Saúde, sobre a chantagem dos hospitais privados e ameaça de interrupção da prestação de cuidados de saúde a beneficiários do subsistema, dizendo que se trata de uma chantagem inadmissível.

A Deputada Fátima Ramos lembrou a existência de vários conflitos no setor da saúde, o que não é vantajoso para ninguém. O PSD é um partido humanista, preocupado com as pessoas e em defendê-las, e também com o rigor. Deve ser o Estado a cumprir determinadas funções e, se não as puder cumprir, deve recorrer aos setores complementares. Lamenta a falta de diálogo, sendo crucial fazer estas audições para saber se o Estado e os privados estão a atuar bem, sendo certo que é obrigação do Estado fiscalizar.

O Deputado António Sales anunciou que o PS viabilizará o requerimento, bem como outros que existam sobre esta matéria. No centro da discórdia está a dívida que os privados têm para com o Estado, lembrando os antecedentes desta situação, que incluem uma pronúncia da PGR. Está em curso uma negociação, com riscos para ambas as partes e o PS quer que sejam defendidos os direitos dos utentes e dos beneficiários da ADSE, que têm de ser salvaguardados, através do diálogo.

A Deputada Isabel Galriça Neto fez uma declaração de interesses, dizendo que trabalha num grupo privado envolvido no contencioso com a ADSE. Considera que está instalado um clima de guerra na saúde, não tendo o Governo capacidade negocial, deixando instalarem-se conflitos em várias áreas, com prejuízo para os utentes. É necessário fazer estas audições, acrescentando a estas, através de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 153/XIII/ 4.ª SL

requerimento oral, a audição da Associação Portuguesa da Hospitalização Privada, para lhe dar oportunidade de apresentar as suas razões.

A Deputada Carla Cruz disse acompanhar o requerimento do BE, entendendo que os grupos privados assinaram contratos que os obrigam a repor dinheiro, quando há sobrefaturação, o que estes não pretendem fazer. Parece-lhe oportuno que o CD e o Conselho de Supervisão da ADSE, bem como a Ministra da Saúde, venham prestar informações sobre esta matéria.

O Presidente colocou o requerimento do BE à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocou de seguida à votação o requerimento oral do CDS-PP, que foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, a abstenção do BE e do PCP e registando-se a ausência do PEV.

6. Discussão e votação da Petição n.º 503/XIII/3.ª, em que «Solicitam a adoção de medidas que permitam melhorar as condições para portadores de Doenças Inflamatórias do Intestino (Crohn e Colite Ulcerosa)» - Relatora: Deputada Ana Oliveira

A Deputada Ana Oliveira apresentou o Relatório Final da Petição n.º 503/XIII/3.ª, dando conta do objeto, procedendo à sua análise, referindo as diligências levadas a cabo, ou seja, audição dos peticionários e pedido de informação ao Ministério da Saúde, que não obteve resposta. Concluiu com o parecer de estão preenchidos os requisitos para que seja enviada ao PAR para agendamento da sua apreciação em plenário, devendo o Relatório ser enviado aos peticionários e à Ministra da Saúde.

A Deputada Maria Lopes disse considerar o Relatório objetivo e a Petição pertinente, enfatizando que existe um estudo sobre cerca de 5000 portadores desta doença, feito em 21 países, que revela o impacto que a doença tem no mundo do trabalho.

O Deputado Moisés Ferreira considera que o Relatório contribui para uma discussão em plenário sobre esta questão, podendo depois serem desencadeadas iniciativas.

A Deputada Isabel Galriça Neto entende que o Relatório é claro, factual e está bem elaborado, acompanhando-o.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou pelo Relatório factual e objetivo, que acompanha, reservando a sua posição para plenário, onde a Petição irá ser discutida.

A Deputada Ana Oliveira agradeceu os comentários, enfatizando que esta doença tem tendência para aumentar e merece a atenção de todos.

O Relatório Final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 153/XIII/ 4.ª SL

10:30 Audição do Prof. Manuel Lopes, ex-Coordenador da Reforma do SNS para os Cuidados Continuados Integrados e do Projeto SNS+Proximidade, a requerimento do PSD

O Presidente deu as boas vindas ao ex-Coordenador da Reforma do SNS para os Cuidados Continuados Integrados e do Projeto SNS+Proximidade, Manuel Lopes, explicando-lhe a metodologia que vai ser utilizada.

Deu de seguida a palavra à Deputada Fátima Ramos, que apresentou o requerimento do PSD a solicitar esta audição, tendo depois colocado perguntas sobre qual a avaliação que faz sobre o crescimento da rede de cuidados continuados, que perceção tem sobre se estão a ser cumpridos os objetivos, se há constrangimentos financeiros e porque não foi cumprida a promessa de criação do estatuto de cuidador informal.

A Deputada Marisabel Moutela agradeceu ao Prof. Manuel Lopes o trabalho desenvolvido, dizendo que o PS respeita a sua decisão de cessar funções e congratulando-se com a audição pelo contributo que poderá dar nesta matéria. Perguntou se ficaram assuntos pendentes, por concretizar, e o que gostaria que ainda viesse a ser feito nesta legislatura.

O Deputado Moisés Ferreira solicitou ao ex-Coordenador um balanço sobre o que foi feito, perguntando como o avalia, em que áreas faltou apoio governamental, o que se passa com o estatuto do cuidador informal e o que considera essencial neste estatuto.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou e questionou o ex-Coordenador sobre o que, das propostas que apresentou, terá ficado por cumprir, como avalia os comentários feitos às denúncias de dívidas do Estado às unidades privadas de cuidados continuados, se houve ou não cumprimento do acordo e o que representa a parceria com o setor social.

A Deputada Carla Cruz saudou o ex-Coordenador e perguntou o que pode dizer sobre o trabalho que desenvolveu, se existiam projetos piloto, do que foi apresentado ao Governo o que foi aproveitado, que obstáculos foram colocados ao cumprimento do Plano e ao longo do seu mandato.

O ex-Coordenador respondeu às questões colocadas, começando por enfatizar que aceitou as funções de coordenador colocando como condições não ter de fazer uma reforma no papel, sem ir ao terreno, pois entende ser necessário ter liberdade para trabalhar com as equipas no terreno. Fez um balanço dos trabalhos e projetos



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 153/XIII/ 4.ª SL

concretizados, alguns deles projetos piloto, designadamente no âmbito do apoio domiciliário, e também uma experiência piloto em Matozinhos que convida os Deputados a visitar. Enunciou os documentos que foram elaborados, tais como a «*estratégia nacional para a vida ativa e saudável*», a «*estratégia para pessoas com demência*» e um estudo conceptual sobre o estatuto do cuidador informal. Foi também elaborado um relatório sobre as dificuldades encontradas. Saiu da Comissão porque não lhe foram dadas condições, em termos de transportes, para poder trabalhar no terreno, teria de utilizar os transportes públicos, o que considerou que comprometeria a sua vida familiar. Não tem contudo qualquer ressentimento ou mágoa e continuará sempre a colaborar nesta área.

Na 2.ª ronda fizeram intervenções, para comentar e pedir alguns esclarecimentos adicionais, os Deputados Fátima Ramos, Marisabel Moutela, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o ex-coordenador respondeu.

O Presidente agradeceu a presença, os ensinamentos e as informações disponibilizadas pelo Prof. Manuel Lopes.

O vídeo/gravação desta audição poderá ser acedido neste [link](#).

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 fevereiro 2019.


O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 153/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Adão Silva
Ana Oliveira
António Topa
Francisco Rocha
Maria Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Ricardo Baptista Leite